

Equatorial Alagoas
Distribuidora de
Energia S.A

**Relatório sobre a revisão das
demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho de
2019**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.
Maceió - AL

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de



acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações –financeiras intermediárias.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das –demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 16 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	30/06/2019	31/12/2018	Passivo	Notas	30/06/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	389.050	44.999	Fornecedores	14	139.365	369.364
Títulos e valores mobiliários		-	995	Empréstimos e financiamentos	15	154.032	225.519
Contas a receber de clientes	7	368.985	443.943	Obrigações sociais e trabalhistas		10.493	16.948
Contas a receber - bandeira tarifária		2.926	-	Impostos e contribuições a recolher	16	53.818	90.976
Serviços pedidos		7.369	9.653	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		-	9.218
Impostos e contribuições a recuperar		20.634	26.762	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	19	-	168.000
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		4.361	2.213	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		11.622	12.841
Estoque		8.321	7.642	Encargos do consumidor		9.928	64.694
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	30.977	267.227	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	271.973
Direito de ressarcimento		-	10.479	Contribuição de iluminação pública		48.265	53.010
Outros créditos a receber	9	117.494	54.630	Outras contas a pagar		80.268	20.847
Total do ativo circulante		950.117	868.543	Total do passivo circulante		507.791	1.303.390
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	257.852	269.560	Empréstimos e financiamentos	15	2.682.148	2.248.995
Impostos e contribuições a recuperar		29.819	3.407	Plano de aposentadoria e pensão		33.733	33.733
Depósitos judiciais	19	98.054	93.248	Impostos e contribuições a recolher	16	11.787	23.797
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	1.151.740	709.417	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	277.377	98.787
Outros créditos a receber	9	15.640	11.386	PIS e COFINS diferidos	18	168.076	129.858
Ativo financeiro da concessão	11	35.356	1.009.163	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	19	129.474	117.839
Investimentos		169	168	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		50.985	45.552
Imobilizado		-	31.254	Outras contas a pagar		61.937	36.225
Intangível	12	787.639	11.210	Total do passivo não circulante		3.415.517	2.734.786
Ativos de contrato	13	208.781	-	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		2.585.050	2.138.813	Capital social	20	1.284.321	734.754
				Prejuízos acumulados		(1.724.600)	(1.724.600)
				Outros resultados abrangente		(40.972)	(40.974)
				Resultado no período		93.110	-
				Total do patrimônio líquido		(388.141)	(1.030.820)
Total do ativo		3.535.167	3.007.356	Total do passivo e patrimônio líquido		3.535.167	3.007.356

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2018 a 30/06/2018
Receita operacional Líquida	22	1.079.584	348.044	1.376.614	928.291
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	<u>(716.530)</u>	<u>(354.321)</u>	<u>(726.968)</u>	<u>(376.017)</u>
Energia elétrica comprada para revenda	24	(557.615)	(261.566)	(551.404)	(275.338)
Custo de construção		(10.513)	(18.702)	(47.301)	(29.990)
Custo da operação		<u>(148.402)</u>	<u>(74.053)</u>	<u>(128.263)</u>	<u>(70.689)</u>
Lucro bruto		<u>363.054</u>	<u>(6.277)</u>	<u>649.646</u>	<u>552.274</u>
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	23	(88.990)	(66.798)	(53.183)	(31.304)
Despesas gerais e administrativas	23	(21.899)	(7.689)	(29.807)	(18.562)
Perdas esperada por redução ao valor recuperável	23	<u>63.800</u>	<u>130.768</u>	<u>(70.974)</u>	<u>(9.343)</u>
Total de despesas operacionais		<u>(47.089)</u>	<u>56.281</u>	<u>(153.964)</u>	<u>(59.209)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		<u>315.965</u>	<u>50.004</u>	<u>495.682</u>	<u>493.065</u>
Receitas financeiras		63.697	31.755	108.471	71.774
Despesas financeiras		<u>(108.659)</u>	<u>(35.892)</u>	<u>(115.992)</u>	<u>(55.416)</u>
Resultado financeiro, líquido	25	<u>(44.962)</u>	<u>(4.137)</u>	<u>(7.521)</u>	<u>16.358</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>271.003</u>	<u>45.867</u>	<u>488.161</u>	<u>509.423</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		<u>(177.893)</u>	<u>(34.881)</u>	<u>(249.469)</u>	<u>(217.883)</u>
Impostos sobre o lucro		<u>(177.893)</u>	<u>(34.881)</u>	<u>(249.469)</u>	<u>(217.883)</u>
Lucro líquido do período		<u><u>93.110</u></u>	<u><u>10.986</u></u>	<u><u>238.692</u></u>	<u><u>291.540</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2018 a 30/06/2018
Lucro líquido no período	93.110	10.986	238.692	291.540
Outros componentes do resultado abrangente				
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	-	-	-	-
Total resultados abrangentes	93.110	10.986	238.692	291.540

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Resultado no período	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	734.754	(73.352)	(1.746.485)	-	(1.085.083)
Lucro líquido do período	-	-	-	238.692	238.692
Saldos em 30 de junho de 2018	734.754	(73.352)	(1.746.485)	238.692	(846.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	734.754	(40.972)	(1.724.600)	-	(1.030.818)
Aumento de capital (nota 20)	549.567	-	-	-	549.567
Lucro líquido no período	-	-	-	93.110	93.110
Saldos em 30 de junho de 2019	1.284.321	(40.972)	(1.724.600)	93.110	(388.141)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	30/06/2019	30/06/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido no período	93.110	238.693
Ajustes para:		
Amortização	24.682	23.582
Baixa de intangível, financeiro e contratual	713	8.013
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	83.571	93.810
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	12.668	18.453
Reversão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(63.800)	76.861
Provisão e atualização de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	10.814	-
Provisão para perdas em estoque	-	1.497
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	(478.046)	(155.439)
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	178.590	-
Provisão para fornecedores não liquidados	-	474.935
Outros	(17.035)	(24.463)
Lucro líquido do período após ajustes	(154.733)	755.942
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Investimentos de curto prazo	-	(10.204)
Contas a receber de clientes	161.034	(9.758)
Contas a receber – bandeiras tarifárias	(2.926)	-
Serviços pedidos	2.284	-
Depósitos judiciais	(4.806)	(1.846)
Estoques	(679)	(1.230)
Impostos e contribuições a recuperar	7.087	1.870
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(2.148)	-
Direitos de ressarcimento	-	1.104
Ativo financeiro	-	(620.575)
Outros créditos a receber	(63.413)	(8.273)
Fornecedores	(229.999)	(455.893)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(6.455)	2.358
Impostos e contribuições a recolher	(25.081)	34.462
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(9.218)	249.469
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	-	69.040
Encargos do consumidor	(1.218)	10.103
Benefícios pós-emprego	-	(2.264)
Contribuição de iluminação pública	(4.745)	1.640
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(60.147)	-
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(97.033)	-
Passivo financeiro	-	(106.444)
Outras contas a pagar	13.134	(7.096)
Amortização de parcelamentos fiscais	-	(9.272)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(324.329)	(862.809)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Juros pagos	(28.685)	(1.640)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(507.747)	(108.507)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo imobilizad	-	(1.832)
Aquisições no ativo intangível e contratua	(10.513)	381
Aquisições no ativo financeiro	4.969	(26.948)
Resgates /Aplicações financeiras	995	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(4.549)	(28.399)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital	549.567	-
Amortização de empréstimos e financiamentos:	(145.532)	(15.077)
Captação de empréstimos e financiamentos	452.312	124.634
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	856.347	109.557
Redução em caixa e equivalentes de caixa	344.051	(27.349)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	44.999	71.014
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	389.050	43.665
Redução em caixa e equivalentes de caixa	344.051	(27.349)

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	30/06/2019	30/06/2018
Receitas		
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	1.453.949	1.847.775
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	63.800	(70.974)
Provisão para processos cíveis fiscais e trabalhistas	(18.634)	(25.030)
	<u>1.499.115</u>	<u>1.751.771</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(568.128)	(598.705)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(95.029)	(74.024)
	<u>(663.157)</u>	<u>(672.729)</u>
Valor adicionado bruto	<u>835.958</u>	<u>1.079.042</u>
Depreciação e amortização	(22.212)	(21.394)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>813.746</u>	<u>1.057.648</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	63.697	108.471
	<u>63.697</u>	<u>108.471</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>877.443</u>	<u>1.166.119</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	37.677	41.040
Benefícios	23.003	22.412
FGTS	48.316	19.568
Outros	22.658	3.259
	<u>131.654</u>	<u>86.279</u>
Tributos		
Federais	342.045	504.767
Estaduais	197.285	215.860
Municipais	192	-
	<u>539.522</u>	<u>720.627</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	108.659	115.992
Aluguéis	4.498	4.529
Outros	-	-
	<u>113.157</u>	<u>120.521</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido do período	93.110	238.692
	<u>93.110</u>	<u>238.692</u>
Valor adicionado	<u>877.443</u>	<u>1.166.119</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Equatorial Alagoas Distribuidora Energia (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade Maceió, no Estado de Alagoas, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado de Alagoas com 27.848 km², atendendo, em 30 de junho de 2019, 1.056.048 consumidores em 102 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 04/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 12/02/2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado de Alagoas, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

Em 19 de março de 2019, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 002/2019, vigente até 18 de março de 2049, com fulcro na Lei nº 12.783 de com interveniência e anuência da Equatorial Energia S.A., como acionista controlador, com vigência até 17 de outubro de 2048.

3 Mudança do controle acionário da Companhia

Em 28 de dezembro de 2018, a Equatorial Energia S.A. sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão (“Leilão”), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND (“Edital”), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da Companhia.

Desde que verificadas as condicionantes previstas no Edital, na data do fechamento, a Equatorial Energia S.A. adquiriu aproximadamente 89,94% do capital social total e votante da Companhia, em contrapartida ao pagamento de R\$ 45.522,26 (quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos) à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”). Além da compra da participação acionária, a Equatorial Energia S.A. também celebrou acordo de acionistas com a Eletrobrás e contrato de concessão do serviço público de

distribuição de energia elétrica (nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013) com a União ("Operação").

Adicionalmente, de acordo com os termos do edital, a Equatorial Energia S.A. deverá adquirir eventuais sobras das 68.061.648 ações ordinárias e 1.343.322 ações preferenciais da Companhia, representativas de aproximadamente 10,06%, que serão ofertadas aos empregados e aposentados da Equatorial Alagoas até a data de 04 de outubro de 2019.

A Equatorial Energia S.A. aportou cerca de R\$ 545.770 na Companhia, conforme acordo de acionistas. Além disso, será assegurado à Eletrobrás o direito de, dentro de 6 meses a contar da data de liquidação da operação, realizar um aumento de capital de forma a aumentar a sua participação societária em até 30% no capital social total da Companhia. Porém, o referido direito não foi exercido pela Eletrobrás.

Em 19 de março de 2019, a Equatorial Energia S.A. assumiu oficialmente o controle da distribuidora de energia de Alagoas, CEAL.

O quadro a seguir apresenta o impacto de reclassificações efetuadas realizados no balanço patrimonial da Companhia, decorrente da mudança de práticas contábeis devido à alteração de controle acionário para a Equatorial Energia S.A.:

	01/04/2019 (em milhares de reais - R\$)		
	Saldos antes da aquisição - 01/04/2019	(a)	Saldos após a aquisição - 01/04/2019
Ativo Circulante			
Contas a receber de clientes	403.962	6.275	410.237
Direitos de ressarcimento	10.862	(10.862)	-
Outros créditos a receber	44.603	4.587	49.190
Total ativo circulante	459.427	-	459.427
Total	459.427	-	459.427

- (a) A Companhia registra a tarifa social de baixa renda, direito estabelecido pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, cujo impacto é significativo na receita operacional da Companhia. O saldo decorrente da falta de recebimentos dos créditos junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram apresentados com demais saldos de clientes, no montante de R\$ 6.275, cuja prática em 31 de dezembro de 2018 era apresentar dentro do grupo de "Direitos de ressarcimento". Adicionalmente foi reclassificado o montante de R\$ 4.587 referente aos valores de repasses antecipados da CDE. Os montantes foram ajustados a partir do período em que a Companhia foi adquirida pelo novo controlador, e não houve alteração nos saldos apresentados anteriormente em 31 de dezembro de 2018. Ver detalhes nas notas explicativas nº 6 e 7.

4 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

4.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ("CPC") e em conformidade com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Essas informações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas com comparação a 31 de dezembro de 2018 não foram apresentadas integralmente nestas informações trimestrais.

A emissão dessas informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 16 de agosto de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações trimestrais. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das informações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota nº 5, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto, as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstrado na nota 4.1. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitidas em 30 de junho de 2019, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de junho de 2019.

5.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

5.1.1 CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 usando a abordagem retrospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A

Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a IFRS 16. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou a IFRS 16 apenas para os contratos vigentes 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos. Em conformidade com a IFRS 16, a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil (R\$ 19.151).

Foram identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia os seguintes arrendamentos operacionais:

- (a) Imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição; e
- (b) Veículos.

Adicionalmente, a IFRS 16 substituiu a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, contudo com base na avaliação da Administração, não houve impactos significativos nos contratos de arrendamentos da Companhia.

ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro (IFRIC 23 – *Uncertainty over Income TAX Treatments*)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A companhia revisou os procedimentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos, concluindo que nenhuma das posições relevantes adotadas pela companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	31.061	28.697
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	<u>357.989</u>	<u>16.302</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	<u><u>389.050</u></u>	<u><u>44.999</u></u>

Aplicações financeiras de curto prazo (i)	30/06/2019	31/12/2018
CDB	-	24
Fundos de investimentos	<u>357.989</u>	<u>16.278</u>
Total	<u><u>357.989</u></u>	<u><u>16.302</u></u>

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a Fundos de Investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 99% (96% em 31 de dezembro de 2018).

Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia.

Os fundos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, pós fixado e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

A Companhia adota a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários e classificados como caixa e equivalentes de caixa. A Companhia utiliza os fundos de investimentos na sua gestão diária de caixa.

7 Contas a receber de clientes

7.1 Composição dos saldos

	30/06/2019	31/12/2018
Contas a receber de consumidores faturados	333.460	413.809
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	33.602	34.710
Parcelamentos (b)	495.036	502.424
Baixa renda	8.496	-
Outras	<u>45.513</u>	<u>51.824</u>
Total	<u><u>916.107</u></u>	<u><u>1.002.767</u></u>
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	<u>(289.270)</u>	<u>(289.264)</u>
Total contas a receber clientes	<u><u>626.837</u></u>	<u><u>713.503</u></u>
Circulante	368.985	443.943
Não circulante	257.852	269.560

- (a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e

- (b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica, que podem ser efetuados com prazo de até 120 vezes. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m.

7.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

	31/12/2018	Provisões (adições)	Reversões (baixas)	30/06/2019
Contas a receber de consumidores faturados	139.155	8.825	-	147.980
Parcelamentos	138.512	2.778	-	141.290
Outras	11.597	-	(11.597)	-
Total	289.264	11.603	(11.597)	289.270

Informações adicionais sobre como a Companhia mensura a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber estão descritas na Nota explicativa nº 29.3.

7.3 Contas a receber de consumidores faturados

	30/06/2019			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	48.548	64.894	35.014	148.456
Industrial	10.566	3.583	11.628	25.777
Comercial	36.444	16.112	27.547	80.103
Rural	2.184	2.320	9.688	14.192
Poder público	9.502	8.859	8.368	26.729
Iluminação pública	19.125	-	702	19.827
Serviço público	7.546	3.037	7.793	18.376
Total fornecimento faturado	133.915	98.805	100.740	333.460

	31/12/2018			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	56.845	95.381	43.162	195.388
Industrial	12.405	5.103	10.358	27.866
Comercial	44.571	21.381	25.290	91.242
Rural	8.453	3.891	8.527	20.871
Poder público	9.872	9.885	8.396	28.153
Iluminação pública	6.491	3	21.417	27.911
Serviço público	7.030	8.667	6.681	22.378
Total fornecimento faturado	145.667	144.311	123.831	413.809

7.4 Parcelamentos

30/06/2019				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	41.174	9.778	2.947	53.899
Industrial	43.060	1.483	32.421	76.964
Comercial	258.897	2.983	5.685	267.565
Rural	2.613	1.034	917	4.564
Poder público	54.903	5.288	17.844	78.035
Iluminação pública	7.275	69	4	7.348
Serviço público	3.863	741	2.057	6.661
Total do parcelamento	411.785	21.376	61.875	495.036

31/12/2018				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	44.470	9.484	2.594	56.548
Industrial	43.490	1.887	31.964	77.341
Comercial	24.363	3.031	4.933	32.327
Rural	3.058	595	898	4.551
Poder público	294.295	5.608	15.882	315.785
Iluminação pública	7.451	82	5	7.538
Serviço público	5.892	639	1.803	8.334
Total do parcelamento	423.019	21.326	58.079	502.424

8 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

A conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, com a finalidade de permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018	Constituição	Baixa Atualização		Amortizações	30/06/2019
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	7.283	6.240	(260)	(296)	(438)	12.529
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica						
Rede básica (b)	917	1.321	328	128	(689)	2.005
Compra de energia CVA (c)	20.796	4.422	(730)	844	(10.587)	14.745
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	117.671	121.912	52.927	11.920	(64.273)	240.157
	(58.197)	(15.247)	18.310	(7.259)	26.834	(35.559)
	88.470	118.648	70.575	5.337	(49.153)	233.877

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.
demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2019

Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (e)	(113.120)	(8.975)	40.277	-	38.715	(43.103)
Neutralidade	19.007	(45.300)	(54.804)	-	40.564	(40.533)
Violação do limite de continuidade	14	(42)	(28)	(41)	59	(38)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(11.579)	(2.937)	3.221	-	5.962	(5.333)
CVA Remuneração Adequada (f)	705.160	336.365	-	15.095	-	1.056.620
Outros	16.719	(85.473)	13.635	-	36.346	(18.773)
	<u>616.201</u>	<u>193.638</u>	<u>2.301</u>	<u>15.054</u>	<u>121.646</u>	<u>948.840</u>
Total	<u>704.671</u>	<u>312.286</u>	<u>72.876</u>	<u>20.391</u>	<u>72.493</u>	<u>1.182.717</u>
Ativo (-) passivo						
Circulante	267.227					30.977
Não circulante	437.444					1.151.740

- (a) Variação negativa em virtude da elevação dos valores homologados pela ANEEL a título de revisão orçamentária para pagamento no exercício de 2019 foram inferiores as tarifas de cobertura vigentes;
- (b) Variação positiva, com relação ao valor constituído no período, foi em virtude da elevação das tarifas impostas para pagamento dos custos serem superiores as tarifas de cobertura vigentes;
- (c) No período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, houve o aumento dos custos da operação do efeito disponibilidade e da exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo acionamento de térmicas. Para exposição financeira, o aumento teve como fato as diferenças de PLD entre os submercados em relação ao Nordeste, que esteve com PLD próximo ao mínimo;
- (d) O Encargo de Serviço do Sistema está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS para garantir a segurança energética do sistema. Na revisão tarifária periódica da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi maior que os custos efetivamente pagos, acrescido do recebimento de Receitas via Conta de Energia de Reserva, a CONER, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na recomposição via passivo regulatório;
- (e) No ano de 2019, devido a quantidade contratada ser superior a energia requerida, o cenário apresenta uma venda de energia no mercado spot, sendo esta quantidade valorada ao PLD médio de R\$ 123,67 no exercício de 2019. Devido o PLD ser inferior ao PMIX da distribuidora resulta em uma constituição do passivo regulatório de sobrecontratação. Fator relevante no exercício de 2018 foi o efeito da contabilização de operações no mercado de curto prazo dos períodos de julho a outubro de 2017 recalculados pela CCEE na liquidação de janeiro/18 referente ao MCSD de Energia Nova.
- (f) Este saldo de CVA refere-se ao empréstimo que a Equatorial Alagoas tem com a CCEE a título de RGR e referente ao período em que a mesma ficou com a prestadora de serviço até ser privatizada, conforme Despacho nº 1.079 de 18 de abril de 2017, a ANEEL autorizou que a CCEE até a assinatura dos contratos de financiamento, com fulcro na Resolução Normativa nº 748/2016, efetue os repasses dos recursos disponíveis na RGR, para as Distribuidoras Designadas para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou, em 03 de maio de 2019, o resultado do reajuste tarifário de 2019 e fixou as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD desta Companhia. As novas tarifas foram reajustadas em -2,72% (menos dois vírgula setenta e dois por cento) com vigência a partir de 03 de maio de 2019, conforme REH nº 2.540/2019 - ANEEL.

Neste processo, as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. As tarifas de aplicação da Equatorial Alagoas foram

reajustadas em média -2,72% correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia.

9 Outros créditos a receber

	30/06/2019	31/12/2018
Circulante		
Valores a recuperar de empregados	190	3.060
Despesas pagas antecipadamente	3.461	2.539
Arrecadação de convênios	29.213	33.213
Neutralidade PIS/COFINS (a)	60.337	-
Outros créditos a receber	24.293	15.818
	<hr/>	<hr/>
Total Circulante	117.494	54.630
	<hr/>	<hr/>
Não circulante		
Outros créditos a receber	15.640	11.386
	<hr/>	<hr/>
Total não circulante	15.640	11.386
	<hr/>	<hr/>
Total outros créditos a receber	133.134	66.016
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

- (a) Diferenças apuradas entre PIS/COFINS resultantes da aplicação das alíquotas médias equivalentes sobre a receita do mês de referência e os valores efetivamente arrecadados no mês de vigência da alíquota média equivalente.

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Em 30 de junho de 2019 a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente de previdência e empréstimos, com as empresas descritas abaixo:

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
Fundação CEAL de Seguridade Social e Previdência

Para o período mencionado, não houve alterações significativas em relação às divulgações realizadas em suas demonstrações financeiras anuais.

A Companhia adicionalmente possui as seguintes partes relacionadas, para as quais não há saldos movimentados durante o período findo em 30 de junho de 2019, conforme descrito abaixo:

Equatorial Energia S.A.
Centrais Elétricas do Pará S.A
Companhia Energética do Maranhão S.A

Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A
 55 Soluções S.A.
 Equatorial Telecomunicações LTDA.
 Equatorial Transmissão S.A.
 Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.
 Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.
 Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.
 Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.
 Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.
 Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.
 Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.
 Fundação Equatorial de Previdência Complementar - EQTPREV
 Fundação CEPISA de Seguridade Social
 Geradora de Energia do Maranhão - Gera Maranhão
 Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA
 Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A
 Hélios Energia Comercializadora e Serviços LTDA.
 Solenergias Comercializadora de Energia S.A.
 Vila Velha Termoelétricas Ltda.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 4.000, conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de maio de 2019.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de junho de 2019 paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Total
	Números	%	Números	%	
Números de membros	5		6		11
Remuneração fixa anual	48	98%	199	100%	247
Salário ou Pró-labore	48	98%	199	100%	247
Benefícios pós emprego	-	2%	-	0%	-
Valor total da remuneração por órgão	48	100%	199	100%	247

11 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação, e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação (a)	30/06/2019
Ativo financeiro	1.070.650	-	(5.682)	(1.029.612)	35.356
Obrigações especiais (b)	(252.082)	-	-	252.082	-
Em curso	245.724	-	-	(245.724)	-
Obrigações especiais em curso	<u>(55.129)</u>	-	-	<u>55.129</u>	-
Total ativo financeiro da concessão	<u>1.009.163</u>		<u>(5.682)</u>	<u>(968.125)</u>	<u>35.356</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

- (a) Variação decorre da celebração do Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 002/2019, assinado em 19 de março de 2019 (vide nota 2); e
- (b) Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber: i) Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e ii) Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da ANEEL.

12 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		30/06/2019			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,76%	<u>1.706.124</u>	<u>(670.004)</u>	<u>(248.481)</u>	<u>787.639</u>
Total intangível		<u><u>1.706.124</u></u>	<u><u>(670.004)</u></u>	<u><u>(248.481)</u></u>	<u><u>787.639</u></u>
		31/12/2018			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,21%	<u>607.854</u>	<u>(592.744)</u>	<u>(3.900)</u>	<u>11.210</u>
Total intangível		<u><u>607.854</u></u>	<u><u>(592.744)</u></u>	<u><u>(3.900)</u></u>	<u><u>11.210</u></u>

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até outubro de 2048, conforme ICPC 01(R1). Com a adoção da ICPC 01 (R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

Movimentação do ativo intangível

	31/12/2018	Adições	Baixas	Capitalização/ Transferências	Reclassificação (a)	30/06/2019
Em serviço	607.854	-	(1.228)	5.569	1.093.929	1.706.124
(-) Amortização	<u>(592.744)</u>	<u>(31.188)</u>	<u>1.228</u>	<u>-</u>	<u>(47.300)</u>	<u>(670.004)</u>
Total em serviço	<u>15.110</u>	<u>(31.188)</u>	<u>-</u>	<u>5.569</u>	<u>1.046.629</u>	<u>1.036.120</u>
Obrigações especiais em serviço (b)	(124.330)	-	-	-	(252.082)	(376.412)
(-) Amortização	<u>120.430</u>	<u>7.501</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>127.931</u>
Total em obrigações especiais	<u>(3.900)</u>	<u>7.501</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(252.082)</u>	<u>(248.481)</u>
Total	<u><u>11.210</u></u>	<u><u>(23.687)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>5.569</u></u>	<u><u>794.547</u></u>	<u><u>787.639</u></u>

(a) Vide explicação na nota 11; e

(b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

13 Ativos contratuais

O ativo de contrato está constituído conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2019		
	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Ativo Contratual	276.647	(67.866)	208.781
Total	276.647	(67.866)	208.781

Movimentação do ativo de contrato

	31/12/2018	Adições	Capitalização/ transferência	Reclassificação	30/06/2019
Ativo contratual	-	23.249	(5.569)	258.967	276.647
Total do ativo contratual	-	23.249	(5.569)	258.967	276.647
Obrigações especiais	-	(12.736)	-	(55.130)	(67.866)
Total em obrigações especiais	-	(12.736)	-	(55.130)	(67.866)
Total	-	10.513	(5.569)	203.837	208.781

14 Fornecedores

	30/06/2019	31/12/2018
Suprimento de energia elétrica (a)	107.283	292.411
Encargos de uso da rede elétrica	11.982	32.116
Materiais e serviços	20.100	44.837
Total fornecedores	139.365	369.364

- (a) No período de três meses findo em 30 de junho de 2019, houve uma queda dos custos da operação do Efeito da Contratação por Disponibilidade e um aumento no Ajuste de Exposição Financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado e as diferenças dos Preços das Liquidações das Diferenças – PLD entre submercados. As despesas com as modalidades de contrato de energia tipo Quantidade, Proinfa, Eletronuclear e Cotas de Garantia Física tiveram aumento no preço médio em relação ao segundo trimestre de 2018, em virtude da elevação da tarifa de compra. No contrato por Disponibilidade, houve uma redução na despesa com a parcela variável das térmicas. Acrescenta-se também que a variação no período pode ser justificada pela alta inadimplência da Companhia em 31 de dezembro de 2018 estando a mesma sob a gestão da Eletrobrás. Com a mudança de controle em 18 de março de 2019 para o Grupo Equatorial e devido ao aporte de recursos realizado pela controladora na Companhia, todo o valor inadimplente foi quitado, permanecendo no saldo de fornecedores os valores vincendos.

15 Empréstimos e financiamentos

Composição do saldo

			30/06/2019		
			Principal e encargos		
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantia	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)					
ROL. LLOYDS/DISCOUNT BOND	5,11%		-	1.822	1.822
Total moeda estrangeira	5,11%		-	1.822	1.822
Moeda nacional					
Eletrobrás	6,98%	Recebíveis	153.016	1.501.897	1.654.913
IBM RES 338/2015	8,64%	-	1.016	-	1.016
CCEE	5,00%	Recebíveis	-	1.178.429	1.178.429
Subtotal			154.032	2.680.326	2.834.358
Total moeda nacional			154.032	2.680.326	2.834.358
Total empréstimos e financiamentos			154.032	2.682.148	2.836.180

			<u>31/12/2018</u>		
			<u>Principal e encargos</u>		
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantia	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)					
ROL. LLOYDS/DISCOUNT BOND	5,11%		-	1.842	1.842
Total moeda estrangeira	5,11%		-	1.842	1.842
Moeda nacional					
Eletobrás	6,98%	Recebíveis	223.486	1.845.178	2.068.664
IBM RES 338/2015	8,64%	-	2.033	-	2.033
CCEE	5,00%	Recebíveis	-	401.975	401.975
Subtotal			<u>225.519</u>	<u>2.247.153</u>	<u>2.472.672</u>
Total moeda nacional			<u>225.519</u>	<u>2.247.153</u>	<u>2.472.672</u>
Total empréstimos e financiamentos			<u>225.519</u>	<u>2.248.995</u>	<u>2.474.514</u>

Em 30 de junho de 2019 os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 6,16% a.a., equivalente a 97,4% do CDI (de 6,28 % a.a., equivalente a 90,44% do CDI, em 31 de dezembro de 2018).

Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

			<u>30/06/2019</u>	
Vencimento	Valor	%		
Circulante	<u>154.032</u>	<u>5%</u>		
2020	144.756	5%		
2021	505.757	18%		
2022	307.324	11%		
2023	281.408	10%		
Após 2023	<u>1.442.903</u>	<u>51%</u>		
Subtotal	<u>2.682.148</u>	<u>95%</u>		
Não circulante	<u>2.682.148</u>	<u>95%</u>		
Total	<u>2.836.180</u>	<u>100%</u>		

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	<u>Moeda Nacional</u>		<u>Moeda estrangeira (USD)</u>		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	225.519	2.247.153	-	1.842	2.474.514
Ingressos	-	452.312	-	-	452.312
Encargos	35.958	28.486	23	-	64.467
Variação monetária e cambial	22.890	(3.766)	-	(20)	19.104
Transferências	43.859	(43.859)	-	-	-
Amortizações de principal	(145.532)	-	-	-	(145.532)
Pagamentos de juros	(28.662)	-	(23)	-	(28.685)
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>154.032</u>	<u>2.680.326</u>	<u>-</u>	<u>1.822</u>	<u>2.836.180</u>

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem cláusulas com covenants.

16 Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2019	31/12/2018
Circulante		
ICMS	37.440	43.912
ICMS parcelamento	4.052	7.718
PIS e COFINS	5.542	11.211
Encargos sociais e outros	2.258	4.814
ISS	397	1.428
Impostos e contri. s/ lucro	1.825	-
PIS e COFINS parcelamento (a)	<u>2.304</u>	<u>21.893</u>
Total circulante	<u><u>53.818</u></u>	<u><u>90.976</u></u>
Não circulante		
ICMS parcelamento	<u>11.787</u>	<u>23.797</u>
Total	<u><u>65.605</u></u>	<u><u>114.773</u></u>

(a) Parcelamento simplificado de PIS/COFINS realizado em março/2018, conforme Lei nº 10.522/2002.

17 Impostos de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

17.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Composição dos tributos diferidos

	30/06/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(277.377)	(98.787)
Total tributos diferidos	<u>(277.377)</u>	<u>(98.787)</u>

(ii) Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias

	30/06/2019	31/12/2018
Provisão para contingências	29.774	58.458
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	38.829	37.490
Ajuste a valor presente	(92)	(51)
Perdas não técnicas	24.357	24.357
Diferimento CVA	(338.540)	(177.303)
Art. 69 da Lei 12.973/2014 - Saldo da quota fixa	(16.201)	(16.512)
Diferimento Receita Órgão Público - IN 68/82	(10.255)	(9.382)
Outras provisões	<u>(5.249)</u>	<u>(15.844)</u>
Total diferenças temporárias líquida	<u>(277.377)</u>	<u>(98.787)</u>

Em consequência dos sucessivos prejuízos apresentados nos exercícios anteriores, a Companhia possui base negativa e prejuízo fiscal acumulado até 2018 no montante de R\$ 1.513.338 e R\$ 1.939.311, respectivamente, a compensar com lucros tributáveis futuros, cujos valores de imposto e contribuição diferidos não estão contabilizados devido à incerteza de sua realização.

17.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 30 de junho de 2019 e de 2018, está demonstrada conforme a seguir:

	30/06/2019		30/06/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	271.003	271.003	488.161	488.161
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	67.751	24.390	122.040	43.934
Adições:				
Provisão para contingências	18.184	6.546	4.816	1.734
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	551.313	198.472	413.449	148.842
Ajuste a valor presente	2	1	6	2
Diferimento CVA	1164	419	18.369	6.613
Art. 69 da Lei 12.973/2014 - Saldo da quota fixa	229	82	229	82
Apropriação Receita Órgão Público - IN 68/82	5.679	2.045	5.244	1.888
Outras provisões	8.735	3.145	12.853	4.627
	<u>585.306</u>	<u>210.710</u>	<u>454.966</u>	<u>163.788</u>
Exclusões:				
Provisão para contingências	(39.275)	(14.139)	(24.732)	(8.904)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(550.329)	(198.118)	(394.234)	(141.924)
Ajuste a valor presente	(32)	(12)	(25)	(9)
Diferimento CVA	(119.721)	(43.099)	(181.847)	(65.465)
Diferimento Órgão Público	(6.321)	(2.276)	(5.577)	(2.008)
Reversão de outras provisões	(65)	(23)	(16.706)	(6.014)
	<u>(715.743)</u>	<u>(257.667)</u>	<u>(623.121)</u>	<u>(224.324)</u>
Base negativa de IRPJ e CSLL	<u>(62.686)</u>	<u>(22.567)</u>	<u>(46.115)</u>	<u>(16.602)</u>

18 Impostos diferidos

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2018</u>
PIS Sobre CVA (i)	28.973	22.180
COFINS sobre CVA (i)	<u>139.103</u>	<u>107.678</u>
 Total	 <u><u>168.076</u></u>	 <u><u>129.858</u></u>

- (i) PIS/COFINS diferido calculados sobre as provisões ativas e passivas (Efeito caixa), da CVA, do Valor Novo de Reposição, dos itens financeiros e das Receitas de Construção.

19 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	<u>30/06/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	54.553	46.492	47.047	-
Tributárias	13.992	-	6.319	-
Trabalhistas	60.929	40.629	232.466	-
Regulatórias	-	1.449	-	-
Outros	-	9.484	7	93.248
 Total contingências/ depósitos judiciais	 <u>129.474</u>	 <u>98.054</u>	 <u>285.839</u>	 <u>93.248</u>

Movimentação dos processos no período

	<u>31/12/2018</u>	<u>30/06/2019</u>			<u>Saldo final</u>
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	
Cíveis	47.047	8.219	(412)	(301)	54.553
Tributárias	6.319	7.673	-	-	13.992
Trabalhistas	232.466	2.538	(96.621)	(77.454)	60.929
Outros	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>
 Total contingências	 <u><u>285.839</u></u>	 <u><u>18.430</u></u>	 <u><u>(97.033)</u></u>	 <u><u>(77.762)</u></u>	 <u><u>129.474</u></u>

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

- (2) Reversões realizadas no período; e
- (3) Atualizações monetárias.

Cíveis

A Companhia figura como ré em 5.806 processos cíveis em 30 de junho de 2019 (6.405 em 31 de dezembro de 2018), sendo que 2.318 tramitam em Juizado Especiais (2.925 em 31 de dezembro de 2018), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2019 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 258.707 (R\$ 852.389 em 31 de dezembro de 2018) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	30/06/2019	31/12/2018
Falha no fornecimento	16.457	16.172
Morte por eletroplessão	5.888	4.176
Cobrança indevida	2.008	296
Fraude questionada	65	185
Corte indevido	57	50
Acidente com terceiros	1.661	1.558
Falha no atendimento	2.047	11
Quebra de contrato	4.912	4.333
Incêndio	-	1.124
Outras	21.458	19.142
Total	<u>54.553</u>	<u>47.047</u>

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	30/06/2019
Falha no fornecimento	8.922
Morte por eletroplessão	20.941
Cobrança indevida	42.585
Fraude questionada	6.528
Corte indevido	3.118
Acidente com terceiros	4.365
Falha no atendimento	3.885
Quebra de contrato	38.337
Adequação de rede	30.000
Incêndio	979
Portaria do DNAEE	12.175
Outras	<u>86.872</u>
Total	<u>258.707</u>

Fiscais

A Companhia figura como ré em 109 (27 em 31 de dezembro de 2018) processos fiscais em 30 de junho de 2019, no entanto, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$ 134.915 para as quais não foi constituída provisão.

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Contribuição Social de Iluminação Pública, repasse de PIS/COFINS na fatura. Na esfera fiscal há processos discutindo incidência ou não do ICMS sobre a TUST e TUSD, classificados com perda remota.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	30/06/2019	31/12/2018
ICMS	13.983	6.318
Outras	<u>9</u>	<u>1</u>
Total	<u><u>13.992</u></u>	<u><u>6.319</u></u>

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	30/06/2019
PIS/COFINS	3
ISS	2.791
ICMS	119.437
Outras	<u>12.684</u>
Total	<u><u>134.915</u></u>

Trabalhistas

O passivo trabalhista em 30 de junho de 2019 é composto por 893 reclamações ajuizadas (840 reclamações em 31 de dezembro de 2018) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, auxílio alimentação, contratação por concurso público, adicional de periculosidade, FGTS, verbas rescisórias, nulidade do PID, pagamento de diferenças salariais, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam ações coletivas ajuizadas tanto pelo Ministério Público do Trabalho, quanto pelo Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 30 de junho de 2019 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 14.022 (R\$ 15.509 em 31 de dezembro de 2018) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	30/06/2019	31/12/2018
Responsabilidade subsidiária	987	1.526
Doença ocupacional/profissional	248	215
Acidente de trabalho	3.597	3.277
Hora extra	16.885	17.476
Auxílio alimentação	11.200	8.559
Periculosidade	3.466	3403
Plano Bresser	-	168.000
Reintegração no emprego	2.168	2.052
Danos Morais	1.553	947
Outras	<u>20.825</u>	<u>27.011</u>
Total	<u><u>60.929</u></u>	<u><u>232.466</u></u>

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	30/06/2019
Responsabilidade subsidiária	60
Doença ocupacional/profissional	80
Reintegração no emprego	201
Acidente de trabalho	3.888
Hora extra	3.046
Periculosidade	117
Danos morais	2.950
Outras	<u>3.680</u>
Total	<u><u>14.022</u></u>

20 Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito em 30 de junho de 2019 é de R\$ 1.284.321 (R\$ 734.754 em 31 de dezembro de 2018) sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	30/06/2019			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Energia	609.842.801	10.323.535	620.166.336	89,94%
Minoritários	<u>68.061.649</u>	<u>1.343.322</u>	<u>69.404.971</u>	<u>10,6%</u>
Total	<u><u>677.904.450</u></u>	<u><u>11.666.857</u></u>	<u><u>689.571.307</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

A modelagem de venda aprovada pela Resolução CPPI nº 20/2017, prevê no art. 3º que a Eletrobrás deverá, previamente à efetivação da transferência do controle acionária, realizar ajustes na distribuidora mediante conversão de dívida em capital social ou assunção de dívidas da distribuidora junto a Eletrobrás e/ou terceiros.

A Assembleia Geral Extraordinária de 28.02.2019, deliberou o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 50 mil, decorrente do saldo devedor do contrato de financiamento ECF 29010/2010, concedidos com recursos ordinários. O referido aumento ocorreu com emissão de 46.923 ações, sendo 46.129 ações ordinárias e 794 ações preferenciais.

A Assembleia Geral Extraordinária de 18.03.2019 deliberou o aumento do capital social da Companhia, pelo novo controladora, Equatorial Energia S.A., no valor de R\$ 545.770, com emissão de 1.436.238.120 ações, sendo 1.411.965.696 ações ordinárias e 24.272.424 ações preferenciais. O aumento de capital visa reforçar a liquidez da Companhia e melhorar sua estrutura de capital.

As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma prevista por lei.

As ações preferenciais não dão direito a voto na assembleia geral de acionistas e gozarão de prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. As ações preferenciais adquirirão o direito de voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, não pagar os dividendos, direito que conservarão até o pagamento.

21 Receita operacional

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

	30/06/2019		
	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial (a)	969.413	(70.465)	425.372
Industrial	1.954	12.013	59.155
Comercial	63.021	20.881	241.302
Rural	10.983	(1.569)	27.019
Poder público	8.665	10.911	61.697
Iluminação pública	241	(10.965)	36.718
Serviço público	1.657	15.256	45.618
Consumo próprio	114	254	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	530.903
Suprimento CCEE	-	-	384
Baixa renda	-	-	17.874
Subvenção CDE - Outros	-	-	35.891
Transferência para obrigações especiais			
- ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(495.491)
Receita de construção	-	-	10.513
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	458.581
Outras	-	-	(1.587)
Total receita operacional	1.056.048	(23.684)	1.453.949

	30/06/2018		
	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial (a)	1.059.262	125.773	512.781
Industrial	2.280	17.632	69.060
Comercial	67.179	59.366	251.097
Rural	12.435	6.471	32.000
Poder público	9.010	18.061	56.818
Iluminação pública	261	19.816	43.185
Serviço público	1.734	18.350	44.733
Consumo próprio	114	258	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	502.950
Suprimento CCEE	-	-	48.684
Baixa renda	-	-	22.894
Subvenção CDE - Outros	-	-	32.784
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(485.752)
Receita de construção	-	-	47.301
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	659.811
Outras	-	-	14.494
	1.152.275	265.727	1.852.840
Total receita operacional	1.152.275	265.727	1.852.840

- (a) Em função da mudança de controle acionário, ocorrida em março de 2019, novas práticas na área comercial foram adotadas pela Companhia quanto à quantidade de consumidores em sua base de faturamento. A partir de abril de 2019 passaram a ser contados apenas os clientes com faturamento ativo no mês, desconsiderando, portanto, aqueles cujo fornecimento esteja suspenso por inadimplência.

22 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	30/06/2019	30/06/2018
Fornecimento de energia elétrica	913.736	1.239.411
Receita de distribuição	419.264	546.816
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	458.581	659.811
Subvenção CDE - Outros	35.891	32.784
Suprimento de energia elétrica (b)	384	48.684
Receita pela disponibilidade - uso da rede	530.903	502.950
Receita de construção	10.513	47.301
Outras receitas	(1.587)	14.494
Receita operacional bruta	1.453.949	1.852.840
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(197.285)	(215.860)
PIS e COFINS	(85.438)	(170.095)
Encargos do consumidor	(11.607)	(13.270)
ISS	(192)	(19)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(67.107)	(76.193)
Penalidades DIC/FIC e outras	(12.736)	(789)
Deduções da receita operacional	(374.365)	(476.226)
Receita operacional líquida	1.079.584	1.376.614

- (a) Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros sofreu uma redução de R\$ 201 milhões. Contribuiu para essa redução: Aumento nas despesas de amortizações quando comparados com o mesmo período de 2018, influenciada pelos reajustes e revisões tarifárias; b) Constituição da CVA do Empréstimo contraídos do Fundo RGR, durante todo o período de designação, o que não ocorreu em 2019.
- (b) Em 2019, houve resultado acentuado no suprimento de energia elétrica, decorrente ao menor volume de energia liquidação na CCEE por parte da CEAL, bem como o valor do PLD nas contabilizações do mercado de curto prazo.

23 Custo do serviço e despesas operacionais

30/06/2019					
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas c/ vendas	Despesas adminis- trativas	Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	Total
Pessoal	63.265	68.389	-	-	131.654
Material	623	71	-	-	694
Serviços de terceiros	32.222	19.945	-	-	52.167
Energia elétrica comprada para revenda	498.819	-	-	-	498.819
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	58.796	-	-	-	58.796
Custo de construção	10.513	-	-	-	10.513
Perda esperada por redução ao valor recuperável	-	-	-	(63.800)	(63.800)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	18.634	-	18.634
Amortização	20.469	-	1.743	-	22.212
Arrendamento e aluguéis	4.192	306	-	-	4.498
Outros	27.631	279	1.522	-	29.432
Total	716.530	88.990	21.899	(63.800)	763.619

30/06/2018					
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas c/ vendas	Despesas adminis- trativas	Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	Total
Pessoal	59.271	27.008	-	-	86.279
Material	950	425	-	-	1.375
Serviços de terceiros	35.387	24.858	-	-	60.245
Energia elétrica comprada para revenda	467.128	-	-	-	467.128
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	84.276	-	-	-	84.276
Custo de construção	47.301	-	-	-	47.301
Perda esperada por redução ao valor recuperável	-	-	-	70.974	70.974

Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	-	-	25.030	-	25.030
Amortização	19.307	-	2.087	-	21.394
Arrendamento e aluguéis	4.155	374	-	-	4.529
Outros	9.193	518	2.690	-	12.401
Total	726.968	53.183	29.807	70.974	880.932

24 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh		R\$	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Energia de leilão (a)	1.756	1.688	(512.735)	(395.870)
Contratos Eletronuclear	66	62	-	-
Contratos cotas de garantias	595	645	-	-
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	-	(1.732)	(1.418)
Energia de curto prazo - CCEE	-	-	4.787	(81.413)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	36	37	(15.232)	(13.282)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	26.093	24.855
Subtotal	2.453	2.432	(498.819)	(467.128)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (c)	-	-	(58.796)	(84.276)
Total energia elétrica comprada para revenda	2.453	2.432	(557.615)	(551.404)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos de compra de energia, incluindo os de Eletronuclear e cotas de garantia física no ambiente regulado, que tiveram uma redução no volume contratado em relação ao exercício anterior. Porém, as despesas com o efeito disponibilidade e exposição, os quais são repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo acionamento de térmicas, cujo preço de geração é superior ao PLD, acarretaram em maiores custos em 2019;
- (b) A despesa com ESS no 1º trimestre de 2018 foi maior, se comparado com o mesmo período de 2019, em função do aumento custo com energia de reserva. Outro fator que contribuiu para essa redução em 2019 foi restituição de despesa a título de alívio;
- (c) Contempla os custos com Encargos de Uso e Conexão do sistema de transmissão. Estes custos sofreram uma redução em comparação com o período anterior, em decorrência das novas tarifas aprovadas na nova resolução RAP de nº 2.405 de 19 de junho de 2018, relacionadas à Rede Básica e Conexão que tiveram uma redução de 21,69% em relação a resolução anterior, incorporadas ao reajuste tarifário anual de 2018.

25 Resultado financeiro líquido

	30/06/2019	30/06/2018
Receitas financeiras		
Rendas financeiras	8.780	1.401
Acréscimo moratório de energia vendida	24.159	31.788
Variação monetária e cambial da dívida	127	250
PIS/COFINS sobre receita financeira	(3.106)	(7.891)
Outras receitas financeiras	33.737	82.923
Total de receitas financeiras	63.697	108.471
Despesas financeiras		
Variação monetária e cambial da dívida	(13.757)	(14.775)
Encargos da dívida	(74.477)	(89.051)
Despesa financeira de AVP (a)	119	76
Juros, multas s/ operação de energia	(10.280)	(5.432)
Juros passivos (b)	(84)	(300)
Outras despesas financeiras	(10.180)	(6.510)
Total de despesas financeiras	(108.659)	(115.992)
Resultado financeiro líquido	(44.962)	(7.521)

26 Instrumentos financeiros

26.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

26.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2019		31/12/2018	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	31.061	31.061	28.721	28.721
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimento)	Valor justo por meio do resultado	357.989	357.989	16.278	16.278
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	626.837	626.837	713.503	713.503
Ativo financeiro de concessão	Valor justo por meio do resultado	35.356	35.356	1.009.163	1.009.163
Total do ativo		<u>1.051.243</u>	<u>1.051.243</u>	<u>1.767.665</u>	<u>1.767.665</u>

	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2019		31/12/2018	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Passivo					
Fornecedor	Custo amortizado	139.365	139.365	369.364	369.364
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.836.180	2.836.180	2.474.514	2.474.514
Total do passivo		<u>2.975.545</u>	<u>2.975.545</u>	<u>2.843.878</u>	<u>2.843.878</u>

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado.
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente.
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado.
- **Empréstimos e financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.

26.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da

Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Equatorial Alagoas define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco do Grupo a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco das Companhias do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente workshop de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no workshop. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto.

Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Companhia possui bens ou outros ativos dados em garantia de suas operações para a obtenção de crédito, dentre os quais alienação fiduciária e percentual de recebíveis sobre a receita operacional líquida.

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento do mercado e do Estado no qual os clientes estão localizados. Tendo em vista

a atividade da Companhia, não há uma concentração relevante da receita em um grupo específico da carteira de clientes.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com a classe consumidora, e após transcorrido esse prazo, o fornecimento de energia fica sujeito a corte, e o seu restabelecimento somente ocorre após regularização do débito.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

A carteira de clientes da Companhia está representada da seguinte forma:

Classe consumidora	%	
	30/06/2019	31/12/2018
Residencial	27%	29%
Industrial	12%	11%
Comercial	41%	14%
Rural	2%	3%
Poder público	12%	36%
Iluminação pública	3%	4%
Serviço público	3%	3%
Total	100%	100%

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota 6.2, incluindo o movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável durante o exercício.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

Classe consumidora	30/06/2019				
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda	Total
Residencial	148.456	24.637	53.899	8.496	235.488
Industrial	25.777	411	76.964	-	103.152
Comercial	80.103	4.972	267.565	-	352.640
Rural	14.192	564	4.564	-	19.320
Poder público	26.729	1.740	78.035	-	106.504
Iluminação pública	19.827	86	7.348	-	27.261
Serviço público	18.376	1.192	6.661	-	26.229
Total	333.460	33.602	495.036	8.496	870.594

31/12/2018

Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	195.388	24.767	56.548	276.703
Industrial	27.866	609	77.341	105.816
Comercial	91.242	5.296	32.327	128.865
Rural	20.871	969	4.551	26.391
Poder público	28.153	1.690	315.785	345.628
Iluminação pública	27.911	12	7.538	35.461
Serviço público	22.378	1.367	8334	32.079
Total	413.809	34.710	502.424	950.943

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 389.050 em 30 de junho de 2019 (R\$ 44.999 em 31 de dezembro de 2018). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 16 (Empréstimos e financiamentos).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a

promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo era de 2,5 em 30 de junho de 2019 (1,6 em 31 de dezembro de 2018).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor Projetado	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	2.836.180	4.108.511	60.552	192.992	318.629	1.254.372	2.281.966
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	2.836.180	4.108.511	60.552	192.992	318.629	1.254.372	2.281.966
Fornecedores	139.365	139.365	137.572	1.793	-	-	-
Subtotal - Fornecedores	139.365	139.365	137.572	1.793	-	-	-
Total	2.975.545	4.247.876	198.124	194.785	318.629	1.254.372	2.281.966

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição da Companhia ao câmbio é de 0,1% (0,5% em 31 de dezembro de 2018) de sua dívida conforme demonstrado a seguir:

30/06/2019					
Indexador	R\$ MM	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor	0,75	2,8%	Abr/24	4,9	0,1%
Pré fixado	1,07	6,2%	Abr/24	4,9	0,0%
Moeda estrangeira	1,82	4,8%		4,9	0,1%
CDI	1.031	8,9%	Dez/24	3,2	36,3%
PRÉ-FIXADO	1.193	5,0%	Ago/49	17,3	42,0%
IGP-M	-	0,0%	-	-	0,0%
IPCA	158	4,3%	Dez/24	3,6	5,6%
ISELIC	454	7,1%	Nov/22	1,9	16,0%
Moeda nacional	2.836	6,7%		8,9	99,9%
Total	2.838	6,7%		8,9	100%

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(v) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável; mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II e 50% (Cenário III da cotação da moeda estrangeira considerada.

Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV e 50% (Cenário V desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa à taxa de juros					
		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	1.822	1.884	2.355	2.826	1.413	942
Impacto no resultado			<u>62</u>	<u>471</u>	<u>942</u>	<u>(471)</u>	<u>(942)</u>
Referência para ativos e passivos financeiros¹	Taxa em 30/06/2019		+25%	+50%	-25%	-50%	
Dólar US\$ R\$ (% 12 meses)	3,96		4,95	5,94	2,97	1,98	

		Risco do fluxo de caixa associado à taxa de juros					
		Impacto no resultado					
Operação		Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras		357.989	378.323	383.133	387.943	373.513	368.702
Impacto no resultado			<u>20.334</u>	<u>25.144</u>	<u>29.954</u>	<u>15.524</u>	<u>10.713</u>
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.030.642)	(1.089.182)	(1.103.031)	(1.116.880)	(1.075.334)	(1.061.485)
	SELIC	(453.774)	(480.093)	(486.312)	(492.531)	(473.874)	(467.655)
	IPCA	(156.861)	(161.407)	(162.512)	(163.616)	(160.303)	(159.198)
Total de passivos financeiros			<u>(1.730.682)</u>	<u>(1.751.855)</u>	<u>(1.773.027)</u>	<u>(1.709.511)</u>	<u>(1.688.338)</u>
Impacto no resultado			<u>(89.406)</u>	<u>(110.578)</u>	<u>(131.750)</u>	<u>(68.234)</u>	<u>(47.061)</u>
Efeito líquido no resultado			<u>(69.072)</u>	<u>(85.434)</u>	<u>(101.796)</u>	<u>(52.710)</u>	<u>(36.348)</u>
Referência para ativos e passivos financeiros¹	Taxa projetada		+25%	+50%	-25%	-50%	
CDI (% 12 meses)	5,68		7,10	8,52	8,52	2,84	
SELIC (% 12 meses)	5,80		7,25	8,70	8,70	2,90	
TLP (% 12 meses)	3,37		4,21	5,05	5,05	1,68	
TJLP (% 12 meses)	5,95		7,44	8,93	8,93	2,98	
IGP-M (% 12 meses)	4,79		5,99	7,19	7,19	2,40	
IPCA (%12 meses)	2,90		3,62	4,35	4,35	1,45	

(vi) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional).

(vii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

26.4 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida / EBITDA
- Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)
- Dívida de curto prazo / dívida total

No período findo em 30 de junho de 2019, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

27 Eventos subsequentes

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF havia publicado Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, referente a tese que discutia a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 12 de novembro deste mesmo ano, a companhia ajuizou ação sobre o referido tema. Obtendo decisão favorável com trânsito em julgado no processo 080826979.2017.4.05.8000 da data de 22 de julho de 2019.

* * *

Conselho de Administração

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Augusto Miranda da Paz Júnior

Eduardo Haiama

Tinn Freire Amado

Adjair Vieira Barbosa

Diretoria Executiva

Humberto Soares Filho
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Sérgio Luiz Pinto de Castro Valinho
Diretor

Paulo Fernand de Miranda Medeiros
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-PI